

Polarização na carne



Ricardo Abramovay

Está ultrapassando largamente as fronteiras das controvérsias científicas a discussão em torno do lugar das carnes no sistema agroalimentar global. Matéria publicada em outubro de 2023 no **The Guardian** acusa os autores da **Declaração de Dublin** (resultado de uma **conferência** que reuniu, na Irlanda, em 2022, reconhecidos pesquisadores, que defendem a importância dos produtos animais para o consumo humano e para um amplo conjunto de serviços ecossistêmicos) por suposta e não declarada ligação com interesses industriais. Já os líderes da **declaração de Dublin** (que hoje conta com mais de mil assinaturas) negam a omissão e, por sua vez, **apontam o dedo contra seus detratores** como porta-vozes dos interesses que preconizam as proteínas artificiais como alternativa ao uso de animais para a alimentação humana.

Divergências e controvérsias são o oxigênio do qual depende a vida da própria ciência. Mas quando os processos de intenção ocupam o lugar dos argumentos científicos, como se estes nada mais fossem que uma espécie de expressão sombria de interesses ocultos, mesmo quando expressos em artigos publicados em revistas reconhecidamente respeitadas, aí a perda para o debate público e o avanço da ciência é monumental. Mais que isso, o risco é que o próprio diagnóstico sobre os desafios a serem enfrentados pelo sistema agroalimentar seja contaminado pelo ambiente da polarização. Quais são estes desafios?

O mais importante deles consiste em superar a monotonia dos sistemas agroalimentares contemporâneos. Trabalho recente da **Cátedra Josué de Castro e do Instituto Comida do Amanhã**, que integra um conjunto de documentos da reunião do **G20 na Índia**, mostra que esta monotonia tem três expressões principais.

A primeira delas é a perda da diversidade nos cultivos agrícolas. A humanidade conhece **sete mil plantas comestíveis, das quais mais de 400 são cultiváveis**. No entanto, 90% de nossa alimentação depende de quinze produtos e 50% de apenas quatro. O desempenho destes poucos produtos apoia-se em sementes (muitas delas sob proteção de patentes), cujos potenciais são revelados com o uso em larga escala de fertilizantes nitrogenados e agrotóxicos. A perda da biodiversidade do solo e a **contaminação ambiental** decorrente deste uso são cada vez mais nítidas. Além disso, estes produtos concentram-se em **alguns poucos países e, nestes, em algumas** poucas regiões. Não por acaso,

Palavras-chave: Sistemas agroalimentares, perda de biodiversidade, contaminação ambiental, monotonia sistema alimentar, saúde pública.

estas áreas são cada vez mais afetadas por eventos climáticos extremos, como bem o mostra o prejuízo da agropecuária brasileira que, segundo dados do INPE, foi de **R\$ 34 bilhões em 2023 e superou R\$ 300 bilhões nos últimos dez anos**. Secas e perdas de safra marcam as mais importantes regiões produtoras do mundo, como as grandes planícies europeias, a Argentina, as áreas norte-americanas de produção de grãos ou os territórios de trigo na Índia. Estudo do INPE mostra que o número de dias com ondas de calor passou de 7 para 52 em 30 anos, no Brasil.

A segunda expressão desta monotonia está na produção animal. São inúmeras as publicações científicas que denunciam a carne bovina, a partir de dois problemas fundamentais. O primeiro é que, na Amazônia (e não só no Brasil) a destruição florestal está fortemente associada a uma **pecuária de baixíssima produtividade** e cuja finalidade é menos de eficiência econômica do que de legitimar a apropriação de terras ilegalmente obtidas e ocupadas com pastagens de má qualidade onde pastam umas poucas cabeças de gado, frequentemente como preparação para a venda da terra e o plantio de soja. É claro que este desmatamento e as emissões dele decorrentes **podem ser atribuídos à pecuária**. Mas daí não se pode concluir que o desmatamento seja organicamente inerente à criação bovina. O que sim é organicamente inerente ao gado bovino (segundo problema fundamental) são as **emissões de metano**. Se fosse um país o rebanho global de ruminantes seria o segundo emissor mundial, atrás da China e à frente dos EUA. Se o rebanho bovino brasileiro fosse um país seria o oitavo emissor global. Como a maior urgência na luta contra a crise climática é a **redução nas emissões de metano**, não causa surpresa que parte importante da comunidade científica e dos movimentos socioambientais preconize a **drástica e generalizada diminuição do consumo de carne bovina**. Muitos chegam a sugerir que sua substituição pelas carnes suínas e de aves é um caminho promissor para padrões alimentares que não agravem a crise climática.

Mas a criação contemporânea de aves e suínos é marcada por um conjunto de transformações genéticas nos animais que, desde meados do Século XX, homogeneizou as linhagens genéticas e padronizou os métodos contemporâneos de criação. **Uma ave que originalmente vivia por cinco anos é hoje abatida quando completa 35 dias**. As criações concentracionárias, que reúnem centenas de milhares de animais não só provocam um **impressionante sofrimento** em seres dotados de inteligência, sensibilidade, sociabilidade, capacidade de brincar e se comunicar, como exigem, para que sua homogeneidade genética não se torne veículo de transmissão de vírus e bactérias, um **vasto conjunto de medicamentos**, entre os quais destacam-se os antibióticos. **Nada menos que 70% dos antibióticos** hoje produzidos destinam-se ao consumo animal, fundamentalmente de aves e suínos. Este uso em larga escala responde por um sério problema de saúde pública, que é a resistência aos antimicrobianos. Além disso, os modelos predominantes no mundo

todo de criação de aves e suínos apoiam-se no consumo de grãos, ou seja, de alimentos que poderiam ser diretamente utilizados por seres humanos. **40% da superfície agrícola atual** no mundo destinam-se a produtos a serem consumidos por animais. O fato então de os animais monogástricos contribuírem muito menos para a emissão de gases de efeito estufa do que os ruminantes, dificilmente pode fazer das aves e dos suínos (com os atuais métodos de criação) uma fonte sustentável de oferta de produtos animais para os seres humanos.

A terceira expressão da monotonia do sistema agroalimentar global está na importância crescente dos produtos ultraprocessados nas dietas, conforme denúncia vinda de um **recente relatório do Fórum Econômico Mundial**. Nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha chega a 60% a proporção das calorias ingeridas vindas destes produtos, cuja característica essencial é que são compostos por elementos não pertencentes ao que se usa habitualmente na cozinha e são objeto de processamentos industriais que contam com um vasto conjunto de aditivos voltados a lhes imprimir sabor, aroma, coloração e consistência agradáveis ao olfato e ao paladar e, muitas vezes, viciantes, como bem mostra o livro fundamental de **Chris van Tulleken**. Os estudos sobre os impactos dos produtos ultraprocessados originam-se numa revolução pela qual as ciências da nutrição passaram durante as duas últimas décadas (cujos **protagonistas centrais** são pesquisadores da Faculdade de Saúde Pública da USP) e que consiste em classificar os alimentos em função de seu grau de transformação industrial, mais do que de seus atributos nutricionais. A diversidade do consumo de produtos frescos e variados, de origem vegetal ou animal, é substituída pela monotonia dos componentes propriamente agropecuários das dietas baseadas em ultraprocessados. Do ponto de vista da saúde humana, o avanço da ingestão de ultraprocessados é uma ameaça muito maior que o consumo de carnes. Não é por outra razão que a restrição ao consumo de ultraprocessados consta dos mais importantes guias alimentares da América Latina (especialmente os do Brasil, precursor deste movimento, do Chile, da Colômbia, do Equador e do México). Também é importante o movimento liderado pela comunidade acadêmica ligada à nutrição e pelas organizações brasileiras de defesa do consumidor e de promoção da alimentação adequada e saudável para que os **ultraprocessados recebam tratamento tributário que iniba o seu consumo** e fortaleça a necessária preferência dos consumidores por produtos frescos.

Boa parte destes guias alimentares preconizam também a redução no consumo de carnes, mas evitam, com razão, apontar qual o seu consumo ideal. Isso por duas razões básicas. A primeira delas é o respeito às culturas materiais envolvidas nas práticas de processamento e de preparo dos alimentos, nas diferentes regiões de cada país. Seria uma postura tecnocrática reduzir a alimentação à ingestão de nutrientes e ignorar a riqueza dos conhecimentos e das tradições culinárias dos diferentes territórios. A segunda razão é que, com exceção da África ao Sul do Sahara e de parte da Ásia, a humanidade consome uma quantidade de proteínas muito superior às suas necessidades. No discurso comemorativo dos 30 anos de seu prêmio Nobel, **Norman Borlaug**, o mais importante protagonista da Revolução Verde, alertava: “se as pessoas dos países do Terceiro Mundo tentassem obter 70% de suas calorias de produtos animais – como nos Estados Unidos, no Canadá ou na União Europeia – somente metade da humanidade poderia ser alimentada”. Duas décadas depois do discurso de Borlaug, o consumo de produtos animais **continua crescendo** e hoje, não só nos países mais ricos do mundo, mas também no Brasil, ele é **muito superior ao necessário** para satisfazer as necessidades metabólicas das pessoas.

É fundamental que a diversidade do sistema agroalimentar global transforme a oferta de produtos animais. Esta diversidade, paradoxalmente, tem na pecuária bovina da América Latina sua maior chance de expressão. É que nas pastagens naturais, a alimentação dos bovinos tem um **baixo custo de oportunidade**, uma vez que os vegetais ingeridos pelos animais não são passíveis de consumo humano. Além disso, nestas pastagens, a interação entre solos, plantas e grandes animais oferece **serviços ecossistêmicos importantes** sob o ângulo da biodiversidade, da saúde do solo e até da **captação de carbono pelo crescimento das plantas**. 20% do carbono nos solos está sob pastagens, como mostra **Rattan Lal**.

Mas e a Amazônia? É claro que o ideal seria que nas florestas tropicais não houvesse criação bovina. Mas uma vez que 40% do rebanho brasileiro encontra-se na Amazônia e que a pecuária é levada adiante por 500 mil agricultores familiares, é fundamental encontrar caminhos para que a atividade regenere os serviços ecossistêmicos que até aqui ela tem destruído. E isso passa, como mostram as iniciativas da EMBRAPA lideradas por **Judson Valentin**, pela diversificação das pastagens (compostas hoje, em 85%, exclusivamente por braquiária), pela introdução de leguminosas entre as plantas e pela presença de plantações arbóreas nativas. Estas **formas moderadas de intensificação produtiva** permitem reduzir drasticamente a superfície hoje ocupada pelas pastagens, sem que a oferta seja comprometida. O sistema **Guaxupé** pode ser bem entendido por este **vídeo** recente divulgado pelo Instituto Igarapé. Pecuária a pasto, com diversificação de plantas e presença de leguminosas e plantações arbóreas é um trunfo dos países latino-americanos que dificilmente será obtido em regiões marcadas por invernos rigorosos, como mostra **trabalho da Cátedra Josué de Castro**.

É importante assinalar também que este caminho promissor da criação regenerativa na pecuária bovina, nem de longe é conhecido ou praticado em escala comercial massificada na criação de aves e suínos. Este é um dos grandes desafios da pesquisa contemporânea: como obter os produtos destes animais com modelos produtivos que se apoiem em baixo custo de oportunidade para sua alimentação? Se a ideia de intensificação moderada é uma resposta consistente quando se trata de pecuária bovina, na criação de aves e suínos, as alternativas aos modelos dominantes não são claras, apesar de algumas experiências empresariais neste sentido. Mas estas soluções no plano produtivo só terão viabilidade se houver clara sinalização aos mercados consumidores da impossibilidade de que a presença das carnes nas dietas contemporâneas continue aumentando.

Na polêmica entre os signatários da declaração de Dublin e seus críticos, esta talvez seja a principal lacuna: as carnes são parte dos mais diferentes padrões alimentares (inclusive da famosa dieta mediterrânea) mas é fundamental que elas sejam produzidas a partir de métodos regenerativos, sinalizando aos mercados consumidores que a diversidade do que se come, muito mais que a ingestão ilimitada de produtos animais, é o caminho para a alimentação saudável.





Foto: Carlos Mauricio Soares de Andrade, Fonte: Andrade et al. Sistema Guaxupé: modelo de intensificação sustentável da pecuária de corte baseado em pastagens permanentes de alta performance, ricas em leguminosas. Brasília, Embrapa, 2023.